

## **REFLEXÕES SOBRE LAZER E EDUCAÇÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE TRABALHO ESTRANHADO DE MARX**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporânea

Fernando Pereira Cândido<sup>1</sup>  
Sandra Regina Davanço<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo parte de problemática que vem sendo investigada a respeito das relações dialéticas entre capital, lazer e educação. O objetivo nesta discussão é apresentar parte dos resultados a respeito da compreensão das inter-relações reais entre lazer e educação na possibilidade de superação revolucionária do capitalismo, da propriedade privada e das classes sociais. Compreende-se que este é o pressuposto para que o tempo livre possa ser apropriado por cada indivíduo e pelo conjunto da humanidade de forma enriquecedora, de uma formação que permita o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas de cada indivíduo.

**Palavras-Chave:** Lazer; Educação; Trabalho Estranhado.

### **ABSTRACT**

This article is problematic part that has been investigated about the dialectical relationships between capital, leisure and education. The purpose of this discussion is to present some results about the understanding of real interrelationships between leisure and education in the possibility of revolutionary overthrow of capitalism, private property and social classes. It is understood that this is the assumption that free time may be appropriate for every individual and the whole of humanity enriching way of training for the development of all human potential of each individual.

**Keywords:** Leisure; Education; Estranged labor.

### **Introdução**

A discussão sobre o tempo livre e suas potencialidades é central para o marxismo. Igualmente, a necessidade de se pensar em uma educação desarticulada dos interesses capitalistas é fundamental para um projeto de superação do capital e tendo em vista a possibilidade de uma transição social. Em termos históricos concretos, pensar no tempo livre coloca a exigência da crítica ao lazer que, enquanto campo de estudos do lazer é bastante amplo e variado. Concepções diversas sobre este fenômeno são estudadas e divulgadas partindo de diferentes concepções teóricas, em sua maioria de caráter idealista, com algumas exceções no campo do materialismo.

---

<sup>1</sup> UEL

<sup>2</sup> UEL

Algumas profundamente liberais, onde o destaque pode ser dado ao autor internacionalmente conhecido e bastante influente chamado Domênico de Masi, com sua obra sobre ócio criativo onde discute o fim das barreiras entre trabalho, educação e lazer. Outras tantas produções se inserem no campo da crítica à sociedade capitalista e suas barreiras à realização pessoal por meio da fruição da cultura no tempo livre por meio das atividades de lazer. Neste campo, em termos mundiais o sociólogo francês Jofre Dumazedier e, no Brasil, Nelson Carvalho Marcellino são autores de inegável influência.

De forma geral encontramos a concepção segundo a qual o lazer vem sendo um espaço de recomposição da força de trabalho para a nova jornada de trabalho, mas que o verdadeiro lazer, articulado à superação das desigualdades sociais, é um espaço de desenvolvimento do indivíduo a partir da vivência de uma série de interesses necessários ao desenvolvimento humano. É discutida a sua articulação à luta política por direitos de cidadania, de garantia da cultura popular para além do simples consumo de atividades acessadas como mercadoria. Quando o lazer é vivenciado neste plano do consumismo acrítico ele é caracterizado como anti-lazer. A discussão crítica busca, por vezes, articular a superação do anti-lazer ou do lazer de interesse do capital por meio da análise das relações de consumo de mercadorias, da produção do lazer como uma mercadoria e da formação de uma consciência crítica, politizada, democrática e cidadã.

Concordamos em parte com elementos dessa produção crítica e indicamos mesmo a importância real de discutir as relações mercantis propulsoras do lazer hoje. Todavia, efetuamos uma crítica no sentido da falta de radicalidade dos estudos neste campo no sentido de conhecer e explicar o capital como uma relação social. O capital é um sistema totalizante que abrange toda a produção e relações humanas, não deixando intocadas a cultura e a educação. Na produção e valorização do valor se centra a organização da vida social que tem como pressuposto histórico o trabalho. Neste sentido, como uma contribuição muito pontual, mas necessária à crítica proposta, apresentaremos algumas compreensões críticas sobre o lazer e uma possibilidade de compreensão desse fenômeno que, não sendo nova, aponta para uma nova forma de crítica do mesmo por meio do estudo do trabalho, que de autoatividade constitutiva do ser social se torna uma força estranha e hostil ao homem. Compreendendo as implicações deste fato afirmamos que a riqueza humana possível no tempo livre só se confirmará para libertar o desenvolvimento humano em suas múltiplas capacidades se o trabalho for libertado das necessidades do capital assumindo uma forma livremente associada.

## O que é o lazer

Em 1987 Cavalcanti sintetiza uma concepção bastante avançada sobre a relação lazer-tempo livre, onde o lazer se relaciona ao tempo livre, mas não é sinônimo dele. “O tempo livre e o lazer têm um caráter de classe” para a autora, estando o primeiro no campo da luta política e o segundo da luta ideológica eles têm que ser compreendidos em sua “especificidade e interdependência” para pensar “o problema do conteúdo cultural do tempo livre, tendo em vista a formação de um novo homem e de uma nova sociedade”. Para Cavalcanti o lazer é um fenômeno *profundamente ideológico*, analisado nas perspectivas individual e existencial, pois considera-se o indivíduo livre independente de suas condições de *satisfação das necessidades básicas*, sem considerar sua condição de classe em uma sociedade onde as pessoas não têm acesso ao básico, de forma que questiona sobre o que é e quem pode exercer tal liberdade. Termina afirmando que “não é o lazer que tem se estruturado nesse tempo, mas ao contrário, é a sua negação que cada vez mais tem se tornado presente” (CAVALCANTI, 1987, p.21).

Concordamos que para investigar o lazer se deve partir do estudo do tempo livre. E o questionamento de que liberdade se pode ter sem condições materiais objetivas para fazer escolhas é exato. Mas, por que o lazer é negado na sociedade capitalista? Em que ele consiste para que não seja realizado? A resposta pode ser expressa a partir da concepção de Marcellino (1995; 1996) – apesar deste autor apresentar os elementos idealistas que Cavalcanti critica, o motivo pelo qual o lazer é negado nos dois se aproxima. Ele explica o lazer a partir dos aspectos tempo e atitude, entendendo-o enquanto uma “atividade de escolha individual, praticada no tempo disponível” que proporciona “descanso físico e mental, divertimento e desenvolvimento da personalidade, da sociabilidade” e, de forma geral, enquanto cultura, no sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível e cuja característica fundamental é o caráter desinteressado, onde não há recompensa além da satisfação com a própria atividade. Como a opção é a “característica básica” do lazer, este pode ser constituído de uma opção ativa ou contemplativa, o autor não separa lazer e ócio (1995 p.31-2) – confusão que inviabiliza a crítica do lazer.

Guiado por esta compreensão que situa o lazer como cultura vivenciada como opção pessoal livre e desinteressada, Marcellino indica a relação entre o lazer, a cultura e a transformação social que nos permite entender porque se trabalha com a ideia de anti-lazer:

Contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da **sociedade como um todo**, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente.

Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para **a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social.**

Considero fundamental a busca do prazer no lazer, o que não impede sua caracterização como **um dos canais de atuação, no plano cultural**, tendo objetivos não meramente reformistas, mas que signifiquem mudanças radicais no plano social (MARCELLINO, 1995, p.41) [sem grifos no original].

A partir desta potencialidade do lazer, enquanto elemento modificador dos valores morais e da cultura, o autor explica o que seria o antilazer: “sua própria negação – simples atividades a serem consumidas aumentando a alienação”, uma construção ideológica que “se aproveita para penetrar mais eficazmente no modo de vida das pessoas com o objetivo de mantê-las perfeitamente integradas na sociedade industrial e urbana” (BRANDÃO, apud MARCELLINO, 1995, p.42). Sobre esta compreensão já expressamos a seguinte avaliação:

Considerar o consumo alienado um anti-lazer só pode ser fruto da incompreensão da objetividade do lazer, da sua consideração abstrata e ideal do ponto de partida da análise, pois, se o lazer se destina a recompor e potenciar a força de trabalho, se seus conteúdos serão acessados por meio de uma instituição pública ou de uma instituição privada não muda seu caráter. Só é possível considerar o lazer consumido como um anti-lazer se o conhecimento sobre essa prática social é fundado em um ideal positivo, sobre suas qualidades emancipatórias a partir de “valores e atitudes”, ou seja, a partir do indivíduo livre de determinações históricas, em um plano metafísico (CÂNDIDO, 2008, p.177).

A partir dos estudos de Marx, e considerando a produção do campo específico do lazer, consideramos o lazer como uma forma do tempo livre. O lazer ocorre no tempo livre do trabalhador e o tempo livre, seja na sociedade capitalista, ou em uma possível sociedade comunista, é constituído na sua relação com o trabalho. O tempo, é necessário lembrar, não é dado natural, mas uma construção histórico-social determinada pela forma como os homens produzem e reproduzem a sua existência (ANTUNES, 2005; HARVEY, 2001; PADILHA, 2000), porque o tempo “implica uma possibilidade de domínio sobre a vida dos indivíduos e sobre a organização social, do tempo de trabalho e da produção capitalista ao tempo da vida urbana”

(PAOLETTI, 1998<sup>3</sup>, p.34 apud ANTUNES, 2005, p.174). Nas relações sociais de planejamento e execução desse domínio podemos identificar a prática social conhecida como lazer. O lazer é entendido essencialmente como prática social de recomposição e potenciação da força de trabalho despendida e necessária para cada jornada de trabalho, daí seu caráter predominantemente conservador, o que não impede que o lazer seja tratado criticamente, discutido em conjunto com um processo radical de transformação social, quando articulado à projetos de interesse histórico da classe trabalhadora.

Marcassa (2002) entende que historicamente o tempo livre é uma conquista dos trabalhadores, enquanto o lazer foi instituído pela burguesia para o controle da classe trabalhadora no contexto de um projeto educacional maior. Nossa compreensão também é de que existe um vínculo essencial entre o crescimento, ou recrudescimento cultural dos indivíduos no seu tempo livre e o processo de formação humana no complexo chamado educação. O lazer constitui também o processo educacional mais amplo; há a necessidade de uma educação para a escolha e aproveitamento das possibilidades de lazer e; o lazer se constitui em um elemento de maior ou menor riqueza do processo educacional dos indivíduos.

### **Sobre a educação**

Para compreender o que é a educação temos que diferenciar o que é a educação em cada formação histórica particular da função que cumpre a educação na constituição do ser social, independente da forma histórica específica, isto é, seus traços constituintes constantes. Isso é importante para não atribuímos à educação funções que por meio dela não se pode realizar e, por outro lado, para não deixarmos de obter dela o que ela pode dar.

O ponto de partida para compreender o ser social no escopo da concepção marxista é o trabalho, categoria fundante que sintetiza teleologia e causalidade, conforme Lukács [19?? 1979] explica ao desenvolver os pressupostos da teoria marxista. Tonet (2010) explica que a educação é necessária para o ser social porque, diferente dos animais, o humano precisa “aprender o que fazer. Precisamente porque o trabalho implica teleologia, isto é uma atividade intencional prévia e a existência de alternativas”. Isto não está dado no plano biológico, é um processo consciente. Dai a necessidade da educação para a “aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamento,

---

<sup>3</sup>PAOLETTI, Grazia. Dossier sobre “Riduzione dell’orario e Disoccupazione”. In: **Marxismo Oggi**, 2. Teti Editore: Milão, 1998.

valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social”. Tonet diferencia o processo de trabalho, que realiza a mediação entre homem e natureza, da educação, um processo de mediação entre os próprios homens.

Conforme Tonet o ser social é composto do polo da singularidade e do polo da universalidade. O indivíduo humano singular se distingue e é membro da espécie humana. O polo universal, genérico se constitui como patrimônio que resulta da atividade dos indivíduos e que se objetiva de muitas formas. O polo da singularidade, os indivíduos, se constitui na medida em que os indivíduos se apropriam desse patrimônio. Nascemos com potencialidade para nos tornarmos humanos, efetivada por meio da educação que cumpre importante papel na reprodução do ser social. Neste sentido, a educação tem um caráter conservador a medida que permite conservar o patrimônio humano já consolidado – caráter positivo da conservação. Entendemos que o sentido da educação não é determinado por ela mesma, mas pelas necessidades do processo de reprodução do ser social.

Manacorda (2002) fala do processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus variados aspectos. Esse processo é constituído pela “inculturação”, quando há a aquisição de tradições e costumes, ou pela aculturação, em se tratando de elementos culturais externos; pela instrução intelectual, no aspecto formal-instrumental (ler, escrever e contar) e concreto (conteúdo do conhecimento); pela aprendizagem do ofício, onde se inclui o treinamento para a guerra.

Sobre o papel da educação no papel de reprodução do ser social, Mello (2009,p.101) considera, baseada em Leontiev, que “só existe a possibilidade de avançar porque existe esse processo de generalização na mesma geração e nas novas gerações, ou seja, porque existe o processo educativo”. O autor diz:

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo. [...] Está fora de questão que a experiência individual do homem, por mais rica que seja, baste para produzir a formação de um pensamento lógico ou matemático abstrato e sistemas conceituais correspondentes. Seria preciso não uma vida, mas mil. De fato, o mesmo pensamento e o saber de uma geração formam-se a partir da apropriação

dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes (LEONTIEV, 2004, p.84, apud MELLO, 2009, p.101).

No sentido histórico concreto, na particularidade do capitalismo e das sociedades de classes, a educação se relaciona ao aprendizado necessário ao trabalho, à manutenção das relações sociais predominantes, ao processo de legitimação da ordem e da lógica social e a conformação da consciência da classe trabalhadora.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2006, p.35).

A partir de Marx e Engels (2007) entendemos que com a divisão do trabalho se cria uma contradição entre consciência, estágio social e forças produtivas, baseada na divisão das atividades de controle e execução, produção e fruição tocando a diferentes indivíduos das classes sociais fundamentais. Com a atividade fundante do ser social, o trabalho, se desenvolvendo de forma privada, os demais complexos deste ser adquirem característica semelhante. Conforme Tonet (2010), a educação é privatizada e se configura uma forma de educação para quem realiza trabalho manual, outra para quem realiza o trabalho intelectual. Há uma desigualdade real gerada na matriz do ser social, o trabalho, a matriz da sociabilidade. Por isso, a igualdade liberal não pode ultrapassar os planos jurídico e político, a universalização da educação tem que ser desigual, no seu alcance e nos seus conteúdos. Conforme Tonet, ignorar esta natureza social desigual com o grau de maturidade atingido pelo capital assume o caráter de falsa consciência necessária, presente nas teorias burguesas da educação que a defendem como um *direito natural universal*. A educação é vista como aperfeiçoamento do espírito humano, da sua subjetividade sem considerar que a educação efetiva do ser humano implica a construção de um mundo objetivo. Essa forma de explicação concebe que o indivíduo singular precede a sociedade, sendo a igualdade natural que assegura o direito universal à educação, que depende da qualidade e desempenho de cada um. No plano do discurso é apregoado o direito universal à educação, se opondo à realidade objetiva,

que mostra a impossibilidade de acesso universal à educação, bem como de uma formação integral<sup>4</sup>.

Sendo esta forma de compreender a educação decorrente da análise da forma social capitalista, e sendo o trabalho a matriz de qualquer sociabilidade, bem como o definidor do tempo livre e do lazer, vamos nos deter no trabalho, definidor: a) da forma social onde vivemos; b) do tempo livre existente e; c) dos modelos e momentos nos quais nos formamos como seres humanos.

### **3) O trabalho em Marx – o trabalho estranhado**

É claro para nós a dupla dimensão do trabalho. Conforme já afirmamos, o trabalho se constitui na matriz fundante do ser social, o trabalho como autoatividade que permite ao homem construir o mundo da cultura<sup>5</sup>. Uma discussão interessante e necessária sobre a concepção marxiana do trabalho se desenvolveu recentemente<sup>6</sup> no campo trabalho e educação, junto à ANPED. Esta questão é central para compreender a sociedade atual é o trabalho em sua forma concreta. Isto nos leva, necessariamente, ao trabalho estranhado ou, ao trabalho produtivo de capital. Já identificamos que falta aos estudos do lazer a apropriação e aprofundamento da teoria de Marx para compreender o capital como fundamento para a crítica do lazer e deste em suas relações dialéticas com a educação.

A compreensão do tempo de trabalho necessário e do trabalho excedente passa pela discussão de que tipo de atividade se trata, quais as condições de sua realização, seus pressupostos e suas finalidades, por isso expomos como Marx sistematiza esta questão no início dos seus estudos voltados à crítica da economia política (ou economia nacional neste texto), como ele inicia suas críticas, que muito se desenvolverão posteriormente, sobre a propriedade privada e as relações sociais orientadas não pelas necessidades humanas, mas pelas necessidades do capital.

---

4 Dados de avaliações nacionais, como o IDEB e de avaliações internacionais, como o PISA, demonstram esse fato.

5 Além das leituras do próprio Marx, somos devedores das ideias de Mello (2009), Tonet (em vários textos, disponíveis em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>), Lukács (1979), Vieira Pinto (2005).

6 Confronte os artigos de Frigotto (2009) sobre a polissemia da categoria trabalho - que critica Lessa (2007) e Tumolo (2003) – e Tumolo (2011) dando continuidade ao debate, ambos na Revista Brasileira de Educação.

Marx (2004, p.30) observa que o trabalhador que tem seu salário elevado o faz **às custas de seu tempo** que, **sacrificado**, o coloca na situação de um escravo. Para a *economia nacional* isso é natural, pois o homem é tratado como um cavalo, tem que receber o suficiente para trabalhar, sem haver preocupação com o seu “tempo livre-de-trabalho”, este deixado aos cuidados da polícia, dos médicos e dos religiosos. Se o tempo garantiu que a economia se ocupasse do que ocorre neste tempo, com o controle e exploração do lazer, a demonstração do quanto o trabalhador importa enquanto ser humano ao capitalista continua altamente válida.

Marx também critica a *economia nacional* na sua explicação sobre os interesses comuns entre proprietários e sociedade em geral – entre burguesia e proletariado, poderíamos dizer. Esta reflexão é basilar para situar a igualdade legal que se constrói pelo Estado burguês, na qual se baseia o direito de todos à educação e ao lazer. Marx usa como referências as *Corn Laws* (Leis dos Cereais), cujas primeiras datam ainda do século XV. O que quer dizer que os interesses de proprietários fundiários e da sociedade em geral são idênticos? Que aquele está interessado no progressivo povoamento, na produção artística, no aumento de suas necessidades, no crescimento da riqueza desta. Porém, o que ocorre é o crescimento da miséria e da escravidão. O interesse do proprietário fundiário é oposto ao dos arrendatários; do criado da lavoura, a medida que quanto menor seu salário maior a quantia que o arrendatário pode repassar ao proprietário da terra; ao do capitalista, a medida que a diminuição do preço das manufaturas eleva a renda da terra; dos trabalhadores das manufaturas e de outros proprietário fundiários, a medida em que a concorrência se impõe a todos (MARX, 2004, p.70-1). Esta passagem é especialmente interessante tanto pela desmistificação da possibilidade da igualdade jurídica, do antagonismo entre diferentes setores e sujeitos sociais, e pela indicação de que o enriquecimento está ligado ao aumento das necessidades. Esta compreensão é possível e coerente com a função que cumpre o trabalho autodeterminado e daquela que cumpre o trabalho estranhado. A concepção de ser o trabalho dialeticamente momento de obrigação, onde o homem não pode decidir pelo que gosta e lhe dá prazer, quanto a condição para o tempo livre e as escolhas que o homem poderá fazer neste tempo, se torna possível a partir daqui.

A economia nacional, explica Marx, parte da propriedade privada, mas não a explica, nem a relação entre capital e trabalho (Idem, p.79). A medida em que o “mundo das coisas” se valoriza, em proporção direta cresce a “desvalorização do mundo dos homens”, por meio do trabalho que produz não somente mercadorias, mas o próprio homem como uma mercadoria. O

produto do trabalho se defronta ao trabalhador como um “ser estranho, como um poder independente do produtor”. Com a efetivação do trabalho o trabalhador se desefetiva, perde o objeto e torna-se servo dele, a apropriação aparece como estranhamento (Idem, p.80). Ao ter seu trabalho objetivado como um objeto estranho o trabalhador se empobrece diante da riqueza que cria e do poder do mundo exterior que aumenta. O trabalhador perde a si próprio.

O que acarreta esse tipo de relação do trabalhador com o produto de seu trabalho como algo estranho?, questiona Marx. Quanto mais o trabalhador aumenta o poder do mundo externo, alheio a ele, mais pobre se torna, tanto menos seu “mundo interior” pertence a ele próprio, quanto maior sua atividade mais sem objeto ele se torna. A natureza é, além de meio de vida (meio de subsistência), objeto de trabalho ao trabalhador. Quanto mais o trabalhador se apropria da natureza, por meio de seu trabalho, mais expropriado dos meios de vida e objetos de trabalho se torna. “O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador”. Ao civilizar o objeto se torna bárbaro o trabalhador, dá poder ao objeto se tornando impotente, “quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador”<sup>7</sup> (Idem, p.82). A passagem seguinte constitui a explicação de Marx sobre o estranhamento não dizer respeito somente ao produto do trabalho, mas também à própria atividade produtiva, sobre o trabalho se tornar externo ao trabalhador onde ele não se afirma mais, mas se nega nele:

[...] não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. [...] O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, satisfação de uma carência, mas somente *um meio* para satisfazer necessidades fora dele. [...] Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. [...] Assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (p.82-3).

---

<sup>7</sup> Ao compararmos o grau de avanço da ciência - com experiência de reprodução de órgãos em vitro, o domínio de forças naturais por meio do desenvolvimento da física, os avanços da neurociência - e a implementação tecnológica dos processos produtivos ao grau de desqualificação da educação do trabalhador no mundo, da periferia ao centro do capitalismo, se mostra o acerto histórica desta análise. Confronte o IDEB de 2011 do Ensino Médio no Brasil, cuja média foi 3.4 nas escolas públicas.

A perda da autoatividade do homem tem, reafirmamos, as maiores consequências para ele. Causa uma inversão de modo que o homem passa a se sentir homem em suas atividades animais, e se sente animal em sua atividade propriamente humana. É um “estranhamento-de-si”, diz Marx, pois “o que é a vida senão atividade”?

O terceiro aspecto do trabalho estranhado é o estranhamento do homem em relação ao seu gênero. Marx explica que o homem é um ser genérico, faz do gênero e do restante das coisas seu objeto. Se relaciona consigo mesmo como com o gênero, se relaciona consigo mesmo como um ser universal, por isso livre. Mas o que significa ser “genérico”? A resposta a esta questão é uma demonstração de como Marx avança em relação ao idealismo e já se diferencia dos materialistas que não conseguem situar a importância da subjetividade na construção do mundo objetivo. Vejamos. A vida genérica do homem, ou do animal, consiste em que ele vive da natureza inorgânica. Os elementos naturais – plantas, animais, pedra, ar, luz, etc. – são constituintes de teoria enquanto objetos de estudo das ciências naturais, portanto, constituem parte da consciência humana. Forma também parte da vida humana, o homem os modifica para satisfazer suas necessidades nutricionais, já que ele contém sua substância natural constituída por elementos inorgânicos, são os objetos da atividade humana não só para a alimentação e outras necessidades fisiológicas, mas também para a criação para fruição espiritual. Isso nos ajuda a explicar o caráter de ser genérico do homem, mas ainda temos que considerar o seu caráter de ser universal. Esta categoria da universalidade é abordada por Marx com o parâmetro da prática, não do espírito, conforme ele “a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico”. Além de meio de vida imediato a natureza é objeto de sua atividade vital (Ibidem, p.84). O trabalho estranhado priva o homem do seu gênero porque seu caráter genérico é sua *atividade consciente livre*. A atividade produtiva é a “vida genérica. A Vida engendradora de vida”.

O animal é a sua própria atividade, não se distingue dela. O homem, porém, faz de sua atividade objeto de sua vontade, de sua consciência, não coincide com ela **imediatamente** (é atividade mediada, o que nos coloca a importância de buscar mediações existentes entre os complexos lazer e educação guiados na matriz do ser social, o trabalho). Por isso, é um ser genérico, consciente, porque sua própria atividade lhe é objeto. “Eis porque sua atividade é livre”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Netto e Braz (2008) definem liberdade como a possibilidade de fazer escolhas com condições objetivas para realizá-las.

O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, de sua essência, apenas um meio para sua existência”. Neste ponto é bom lembrar que o trabalho estranhado é inseparável da propriedade privada, é para explicar e desmistificar esta categoria, que a *economia nacional* deixa sem explicação, que ele coloca o homem e o trabalho vivo no centro da discussão. Enquanto o animal só produz o que necessita para si ou sua cria, conforme sua carência física imediata, o homem produz enquanto ser genérico, universalmente, mesmo livre do domínio da carência física, “e só produz primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela”. O homem se relaciona livremente (mediatamente) com o produto do seu trabalho, sabe produzir conforme a medida de qualquer espécie, considera “a medida inerente ao objeto, o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza” (Ibidem, p.85).

Sendo o objeto do trabalho a “objetivação da vida genérica do homem”, porque ele se *duplica* tanto na consciência, intelectualmente, quanto na operação, efetivamente, no resultado dessa produção o homem pode enxergar a si mesmo. Junto com Lukács [19??], entendemos que a consciência e o intelecto do homem se constituem e se potencializam a partir desta atividade, tanto pelo conhecimento necessário à modificação da natureza, quanto devido ao reflexo desta produção em sua consciência. Novamente com Marx, vemos que retirando do homem o objeto de sua produção, se lhe retira ao mesmo tempo sua vida genérica. Dessa forma, o trabalho estranhado tem o poder de reduzir a *autoatividade*, a *atividade livre* do homem a um meio de sua existência. Em sua consciência o seu gênero, sua vida genérica, se torna um mero meio de vida.

Os três momentos do estranhamento desta forma de trabalho – 1) estranha o homem da natureza; 2) estranha o homem de sua função ativa, de sua atividade vital; 3) estranha o homem de seu ser genérico, “tanto da natureza quanto da faculdade espiritual dele”; - levam a uma quarta consequência, ou o quarto momento apresentado por Marx: 4) o estranhamento do homem pelo próprio homem. Os homens passam a se defrontar com o objeto de seu trabalho como se defrontam a um outro homem. Marx explica que diante de si próprio, diante do produto do seu trabalho, da sua própria atividade de trabalho, o homem não consegue se ver, mas vê a outro homem porque a natureza objetivada pelo homem aparece primeiramente como a relação do homem com outro homem. “Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador” (Ibidem, p.86). Pode parecer confuso a primeira vista, mas Marx esclarece do que se trata este

estranhamento com um questionamento muito problemático aos teóricos da burguesia: **A quem pertence o produto do trabalho e a atividade do trabalho se não ao homem que os realiza?** A um ser estranho que não é, porém, nem sobrenatural (Deus) nem natural (à própria natureza), mas a um homem mesmo. “Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição e alegria de viver para um outro”. Se o produto do seu trabalho é um “objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho” que lhe aparece tal como seu objeto, *inimigo, estranho, poderoso* e senhor do seu objeto. O homem tem “sua própria atividade como uma atividade não-livre” porque ela está realmente a “serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem”. Lembrando o que Marx já expôs para explicar esta questão: o trabalhador não decide o que, como e não sabe para que produz. O homem se torna para o outro, assim como os produtos do seu trabalho, uma força hostil, que lhe domina. Mas não se trata de um homem abstrato, pois Marx não se limita a uma filosofia metafísica, e sim da relação entre o capitalista, *o senhor do trabalho*, com o trabalho, com o trabalhador.

A **propriedade privada** é o resultado deste tipo de trabalho, onde o trabalhador se relaciona de forma externa com natureza e consigo mesmo. “A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado”. O conceito de trabalho exteriorizado, investigado a partir da economia nacional, aparece para esta como resultado da propriedade privada. Para Marx, porém, o trabalho estranho é a causa da propriedade privada tornando-se, posteriormente, uma determinação recíproca. Apesar de Marx não deter os elementos analíticos, o domínio teórico da história dessa relação social, que seus mais de 20 anos de investigação lhe trarão até concluir o primeiro livro de *O Capital*<sup>9</sup>, determinações fundamentais que a relação entre os homens mediada pela propriedade privada traz já estão claras para Marx. Também, seu posicionamento em favor da classe trabalhadora - não para o domínio político desta, mas porque ela representa os interesses históricos da humanidade - na construção de uma ciência de caráter histórico e materialista tendo em vista superar a exploração do homem pelo homem - o capital - já está consolidado. Marx afirma que é a partir do trabalho estranhado e da propriedade privada que se pode desenvolver as demais categorias da economia nacional. Ele explica que ao se falar “em *propriedade privada*, acredita-se estar tratando de uma coisa fora do homem. Quando se fala em trabalho, está-se tratando, imediatamente do próprio homem”

---

<sup>9</sup> A redação do livro 1 de *O Capital* é terminada em 1865, sendo sua primeira publicação em 1867.

(Ibidem, p.87-9). Lembremos que sem o trabalho não pode haver sociabilidade, pois ele é uma “atividade orientada a um fim”, a produção de “valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana”, portanto, existiu e vai existir em qualquer forma social (MARX, 1985, p. 153). Isso considerando o processo de trabalho, que difere substancialmente do processo de valorização: é a diferença entre o trabalho considerado em seus elementos simples, o trabalho concreto produtor de valor de uso, existente há mais de 50 mil anos desde as sociedades comunais, e o trabalho abstrato, produtor de valor, próprio das sociedades de classes (sendo na sociedade capitalista processo de valorização)<sup>10</sup>, existente desde sete mil anos aproximadamente, mas preponderante na sociedade capitalista.

Marx iniciará o *capital* discutindo a mercadoria, mais especificamente os *dois fatores* da mercadoria, seu *valor de uso* (substância do valor) e seu *valor* (grandeza do valor), passando pelo *duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias* e pela *forma de valor ou valor de troca* até chegar no caráter fetichista da mercadoria. Sua intenção aí é, para além de iniciar a explicação do que é o valor explicar a relação social chamada *capital*, investindo no seu processo de produção, circulação e produção global (conteúdo expresso nos três livros de *O Capital*). É neste primeiro capítulo, onde se encontrará *a maior dificuldade*, conforme o próprio Marx<sup>11</sup>, que ele discute o caráter fetichista da mercadoria. Neste ponto identificamos a importância da discussão apresentada até aqui para compreender a forma do valor presente nas mercadorias, na “forma de mercadoria do produto do trabalho” (MARX, 1985, p.12) que ele denomina como célula da economia da sociedade burguesa. A perspectiva do trabalho como atividade genérica do homem permanece, de uma forma muito mais elaborada e articulada com a compreensão e explicação do capital, e a problemática do trabalho estranhado se mostra muito mais amadurecida, pois, o produto do trabalho, sendo portador do valor, circula como grandezas de valor. “Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las” (MARX, 1985, p.73). Marx está discutindo *trabalhos privadas*, aparentemente *independentes uns dos outros*, mas com uma relação universal de interdependência enquanto partícipes da *divisão social do trabalho* em que os seus produtos se trocam em um avançado sistema de produção de mercadorias. Vemos aqui que as *relações sociais*

---

10 Nos apoiamos em Tumolo (2005) para compreender as diferentes explicações de Marx sobre o trabalho em *O Capital* e seu significado para a vida social e educação atual.

11 Cf. o *Prefácio à primeira edição de O Capital*.

entre as pessoas e seus trabalhos aparecem nesta forma social *disfarçadas* como *relações sociais das coisas* (Idem, Ibidem, p. 73-4). Esta análise tem em vista a explicação da *grandeza de valor* que é sempre determinada pelo *tempo de trabalho*. **A medida da riqueza produzida e trocada no capitalismo é sempre o tempo de trabalho**<sup>12</sup>. Daí decorre o problema da relação entre o tempo de trabalho socialmente necessário<sup>13</sup> e do tempo de trabalho excedente.

Marx explica que o tempo de trabalho onde o trabalhador trabalha além do necessário gera a mais-valia. Este é o trabalho excedente, o mais-trabalho. “Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado” (Ibidem, p.176-7). Na fórmula que permite calcular a *taxa de mais-valia*, a saber:

$$\text{Taxa de mais-valia} = \frac{m \text{ ( mais-valia )}}{v \text{ (força de trabalho)}}$$

$$\text{Está a relação entre mais-trabalho e trabalho necessário: } \frac{m}{v} = \frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho necessário}}$$

Mais-trabalho e trabalho necessário são as duas partes componentes da jornada de trabalho, como explica Marx (1985, p.177). Marx mostra que os capitalistas requisitaram explicações “científicas” para justificar a necessidade do maior tempo de trabalho possível,

---

12 Marx explica de forma detalhada como o capitalista obtém o acréscimo de seu capital inicialmente investido na produção ao explicar o que é e como se obtém a mais-valia relaciona o capital investido na força de trabalho e sua relação com o capital necessário investido em matéria de trabalho para que o capital possa ser valorizado. “Na medida em que a criação de valor e a mudança de valor são encaradas em si mesmas, isto é, em sua pureza, os meios de produção, essas formas materiais do capital constante, só fornecem a matéria em que a força em fluxo, formadora do valor, se deve fixar. A Natureza dessa matéria é por isso indiferente [...]. Ela tem que existir em volume suficiente para poder absorver o quantum de trabalho a ser despendido durante o processo de produção” (MARX, 1985, p.175).

13 O tempo necessário para o trabalhador produzir os seus meios de subsistência. Na sociedade capitalista não pode calcular diretamente este tempo, mas ele é medido na forma de tempo necessário à produção das mercadorias que constituem este meio, o que é extremamente problemático dado o caráter anárquico da produção capitalista. Para a visualização deste caráter problemático veja-se os relatórios da FAO/ONU sobre segurança alimentar. Se pode constatar que 842 bilhões de pessoas sofrem de fome crônica, 2 bilhões de pessoas sofrem carência de micronutrientes, 162 milhões de crianças são raquíticas e, ao mesmo tempo, 500 milhões de pessoas sofrem de obesidade. Dados disponíveis em: <http://www.onu.org.br/onu-um-terco-dos-alimentos-produzidos-no-mundo-sao-desperdicados-enquanto-840-milhoes-passam-fome/> Estes dados são ainda piores, pois, conforme Ziegler (2013), citando a própria FAO, a agricultura mundial poderia alimentar com uma dieta de 2,2 mil calorias por dia, 12 bilhões de pessoas. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Fome-n%C3%A3o-%C3%A9-mais-morte-natural-%C3%A9-massacre-afirma-Jean-Ziegler>

lutando por cada hora que pudessem obter para ampliar o mais-trabalho<sup>14</sup>. Vemos que uma das justificativas utilizadas pelos capitalistas para a não diminuição da jornada de trabalho é que o tempo fora do trabalho iria corromper as crianças (!). Estas perderiam, conforme argumentavam, “pelo ócio e pelos vícios a salvação de suas almas” conforme ironiza Marx se referindo à Ure. Também, exemplifica esta “justificativa” por meio de uma petição imposta a alguns trabalhadores das fiações de linho no interior da Inglaterra, que os pais (obrigados ou conduzidos) acreditavam que “1 hora adicional de folga não pode ter outro efeito do que a desmoralização de seus filhos, pois o ócio é a mãe de todos os vícios” (Ibidem, 1985, p.184). Um dos *relatórios de inspeção de fábrica* citado por Marx mostra a realidade em que os pais supostamente queriam manter seus filhos:

A atmosfera das fiações de linho em que trabalham os filhos desses ternos e virtuosos pais está tão impregnada de inúmeras partículas de pó e de fibras da matéria-prima que se torna extremamente desagradável permanecer mesmo 10 minutos nas salas de fiação, pois é impossível deixar de experimentar a mais penosa sensação, já que os olhos, as orelhas, as narinas e a boca imediatamente se enchem de nuvens de pó de linho [...]. O próprio trabalho, em virtude da velocidade febril da maquinaria, exige um dispêndio infatigável de habilidade e de movimento, controlados por uma atenção que nunca se cansa, e parece algo duro permitir que os pais apliquem a expressão ‘ociosidade’ a respeito de seus próprios filhos que, descontando o tempo de refeições, ficam encadeados durante 10 horas inteiras em tal ocupação, em tal atmosfera” (REPORTS OF INSPECTION OF FACTORIES, 1838, apud MARX, 1985, p.184).

O autor deste relatório completa a ideia lembrando que além de todo o lucro líquido que as fábricas teriam perdido, por trabalhar uma hora a menos - a última hora de Senior –, agora os capitalistas descobriam que se perdia também a moral com o aumento do tempo livre (diminuição absoluta do trabalho excedente).

Sobre a determinação da jornada de trabalho, Marx explica que esta é uma grandeza variável que pode alternar-se mas, dentro de certos limites. É interessante notar que Marx escrevia, já no século XIX, que seu limite mínimo é indeterminável, enquanto o seu limite máximo deve considerar duas variáveis, a limitação física da força de trabalho e a limitação natural do dia de 24 horas. Antes de avançarmos, reproduzimos a demonstração da composição

---

<sup>14</sup> O economista de Oxford, Nassau W. Senior cria uma teoria de que o lucro dos fabricantes de Manchester viria da última hora trabalhada em uma jornada de 12 horas. Esta mentira é inventada no momento em que as leis trabalhistas elaboradas no século XIX garantem aos trabalhadores um aumento do seu tempo livre, ou impõem ao capitalista um limite temporal para a exploração da força de trabalho.

da jornada de trabalho por Marx onde a linha  $a---b$  representa o trabalho necessário e a linha  $b---c$  o mais trabalho. Podemos ter, assim, três diferentes jornadas de trabalho:

- 1)  $a---b-c$
- 2)  $a---b--c$
- 3)  $a---b---c$

Tomando o tempo necessário para produzir a força de trabalho, ou o trabalho necessário, como 6 horas, teríamos nas ilustrações acima a linha 1)  $b-c$  igual a 1 hora de sobre trabalho, 2)  $b-c$  igual a 3 horas de trabalho excedente e, 3)  $b---c$  igual a 6 horas de mais trabalho. As proporções de mais-valia extraída são, respectivamente de 1) = 16,66%; 2) = 50%; 3) = 100% de mais-trabalho. Esta explicação é importante porque, a variação da jornada de trabalho para baixo, como é uma tendência no mundo capitalista desde 1870, conforme dados de Huberman (2002, apud OIT, 2009, p.24), não diz diretamente sobre o grau de exploração da força de trabalho pois, isto depende da quantidade de tempo necessária para produzir tal mercadoria. O avanço da produtividade<sup>15</sup> causa (quando atinge os ramos industriais relativos) a diminuição do valor dos meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador, portanto, a queda no valor da sua força de trabalho. Assim, neste exemplo, se o tempo socialmente necessário para produzir a mercadoria força de trabalho cai de 6 para 1 hora, então a jornada total pode cair de 12 para 8 horas e, ainda assim, a linha  $b-----c$  crescer e representar agora ao invés de 100 % (6/6), 700% (7/1)<sup>16</sup>. O trabalhador trabalha menos, e ainda assim mais tempo para o capitalista. Ou, conforme Marx (2004) nos mostrou bem antes, fica mais pobre quanto mais riqueza produz.

Ao questionar qual o limite da jornada de trabalho, que o capitalista compra por um dia, Marx coloca a questão de que não pode ser um dia de vida natural, pois o trabalhador tem que repousar, dormir, alimentar-se, limpar-se, vestir-se, etc. Além destes limites, explica-nos o autor, há os limites morais em se tratando deste tipo específico de mercadoria – força de trabalho –, pois

---

15 Cf. o capítulo X, o conceito de mais-valia relativa de *O Capital*.

16 Essa não é uma suposição desligada da realidade se considerarmos os aspectos da organização do trabalho sob o modelo fordista, com a racionalização das operações, o aprofundamento da divisão do trabalho, a criação da linha de montagem. Por último, a automação das fábricas. Com essas alterações, um carro que antes deste modelo de organização demandava 12h:30m para ser montado, **em 1914** necessitava apenas de 1h:30m (GOUNET, 2002). Apesar da redução em quase 10 vezes o tempo necessário neste exemplo, a redução da jornada de trabalho em 30% não consegue se firmar, se pensarmos na redução da jornada de 12 horas para 8 horas diárias.

existem ainda as necessidades espirituais e sociais próprias de cada sociedade. O capitalista, porém, não está imune às leis férreas do movimento de valorização do capital, pois é ele próprio “apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital” e este tem um único impulso vital: valorizar-se, criar mais-valia, “absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho”, quer, por isso, aproveitar-se ao máximo do uso da força de trabalho durante um dia. O tempo que o trabalhador usa para si deste tempo (24 horas) o capitalista considera um roubo<sup>17</sup>. Assim, o tempo que valoriza o capital é o tempo que o trabalhador excede do necessário à sua sobrevivência (MARX, 1985, p. 188-9). Para que possa o capitalista utilizar sua propriedade de criar mais-valor, necessita o trabalhador recompor diariamente sua força de trabalho sendo que, se sua recomposição for deficiente o capitalista irá consumir uma força de trabalho também deficiente, atrofiada. Marx reproduz o que seria um diálogo entre o trabalhador e o comprador da força de trabalho para ilustrar o fato real da reprodução atrofiada da força de trabalho, ou, para alertar ao fato que, sendo as capacidades humanas uma mercadoria “como qualquer outra”, ela é vendida pelo seu equivalente. Tendo a sociedade um número desta mercadoria acima do necessário seu preço cai abaixo de seu valor. Temos, assim, que o trabalhador começa a reproduzir a si e a sua família em escassez, com carência dos meios necessários à sua reprodução humana normal. Deixa de ter o necessário para sua saúde, seu lazer, sua educação, sua cultura.

“Por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador” (MARX, 1985, p.254). As consequências e a lógica deste processo podem ser aprofundadas nos estudos do capítulo XXIII de *O Capital*, livro 1, tomo 2, onde Marx discute *A lei geral da acumulação capitalista*. Aí podemos ver a tendência da concentração do capital onde o capital constante cresce relativamente ao capital variável (força de trabalho). As características e consequências deste movimento, que cria um *exército industrial de reserva* e alavanca a acumulação do capital é assunto para discussões futuras. Por hora observemos que, pensando em países periféricos do capitalismo, as necessidades e movimento do capital se expressam com maiores jornadas de trabalho. Conforme dados da OIT os países com menor PIB per capita apresentam maiores jornadas de trabalho (OIT, 2009, p.33).

---

17 O documentário China in Blue ilustra bem esta situação.

## Considerações finais

Esta discussão é importante, não porque os comunistas queiram guiar sua existência e resumir tudo ao trabalho. Pelo contrário, um marxista consequente deverá entender que o objetivo de uma sociedade emancipada do jugo do capital e suas leis férreas é a ampliação do tempo livre, sendo este o tempo que realmente importa à humanidade. A própria liberdade passa pela superação do trabalho que limita o homem, sobre o qual ele não tem controle, pelo trabalho livremente associado, onde o homem retome o controle sobre suas forças e o resultado de sua ação.

É possível depreender da discussão feita por Marx que uma sociedade cindida em classes antagônicas não pode ampliar o plano das necessidades humanas à medida que produz riquezas, pois a apropriação privada da produção determina a continuidade da carência aos produtores da riqueza. Se, conforme Marx, “o homem só produz primeira e verdadeiramente” quando está livre da carência física, estamos habilitados a afirmar que o comunismo tem uma preocupação central com o tempo livre, não com o tempo de trabalho – bem entendida a condição do trabalho como fundamento para qualquer liberdade humana, tanto em sua (auto)determinação livremente associada quanto na dependência dos frutos desta atividade para a continuidade da vida livre de carências básicas e dotada dos objetos para a criação espiritual. O trabalho permite aos indivíduos, que se efetivam enquanto seres livres e universais, satisfazer as necessidades iniciais ou imediatas e criar novas necessidades, isto caracteriza o homem em sua historicidade.

Uma questão fundamental para entender o quarto aspecto do estranhamento do trabalho, do homem em relação ao próprio homem são as condições históricas necessárias para a liberdade. O homem não reconhecer a si próprio no seu semelhante é uma barbárie que só pode ocorrer nas sociedades onde os meios de produção são propriedade privada, impedindo a liberdade real dos homens. Marx explicará *n’A Ideologia Alemã*, no *O Capital*, além de diversas outras obras, que a liberdade só é possível na comunidade, no trabalho coletivo e associado livremente, pois não há liberdade onde há carência de qualquer tipo, onde as forças produtivas não alcançaram seu mais alto patamar. “A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob controle consciente e planejado” (MARX, 2004, p.76). Enquanto o processo de valorização do capital for o centro, o coração pulsante da produção humana, a

relação de mediação entre os homens, **a educação**, não poderá reproduzir uma cultura emancipadora e que habilite os indivíduos a fruïrem seu tempo livre de forma edificante. Cremos que os questionamentos de Tumolo (2011, p. 472-3) sejam esclarecedores:

Para poder viver, precisa vender sua força de trabalho e, assim, ser explorado, mas, para poder vender sua força de trabalho, ser explorado e, dessa maneira, viver, necessita “matar” seus competidores. Isso quer dizer que o trabalhador é constrangido a estabelecer uma verdadeira guerra de vida e morte com outro trabalhador. Como se não bastasse, é uma luta de vida e morte para conseguir ser explorado. Tal situação repõe as perguntas que foram levantadas anteriormente: que tipo de personalidade pode emergir dessa condição de realidade? Uma personalidade solidária? Não seria, ao contrário, a *luta contra* o trabalho na forma do capital que poderia gerar um sentimento de solidariedade, na medida em que seu horizonte é a superação não somente da exploração, mas também da concorrência entre os trabalhadores e, por isso, do macabro jogo de vida e morte?

Lembrando mais uma vez o que diz Marx sobre a *personificação do capital*, o capitalista “Sua alma é a alma do capital” e este tem um único impulso vital: valorizar-se, criar mais-valia, “absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho”, quer, por isso, aproveitar-se ao máximo do uso da força de trabalho durante um dia. Assim, diminuir ao máximo o tempo livre do trabalhador, para o capital, é uma questão de vida e morte e, por isso, ou superamos o capital ou o tempo livre humanamente emancipado nunca passará de uma ilusão ou *falsificação necessária da realidade*.

Nos nossos dias, porém, a tática capitalista de ataque ao ócio se reformou. Agora sua intervenção é no sentido de controle do tempo de não trabalho, de sistematização, proposição e educação para o lazer de forma que ao descansar *a força de trabalho, a sua mercadoria* – para o capitalista não se trata de outro ser humano – recomponha suas capacidades. A luta pela exploração extensiva do trabalho com grandes jornadas de trabalho, pode ser substituída pelo aumento da intensidade do trabalho executado em jornadas de trabalho menores. Claro, isto é relativo, pois o capital para se recuperar de suas crises explora o trabalho o mais extensa e intensamente que pode. Além do ritmo aumenta a duração da jornada, aumenta o número de anos que o trabalhador tem que se submeter a ele. A formação da consciência, o amoldamento do ser humano enquanto trabalhador, nesta atividade de caráter estranhado, traz o problema: não obstante ser atividade desumanizante, que desefetiva o indivíduo, o homem aprende que sua vida só tem sentido se ele produzir, se trabalhar. Desta forma, ao atingir o momento da aposentadoria o homem que só existiu enquanto força de trabalho não vê mais significado para sua existência,

deprime-se e acaba morrendo por não ver sentido no tempo livre. Aqui vemos como o ideal antigo do ócio foi vencido pela ideia do lazer merecido (porque trabalha), e neste sentido o caráter de formação/educação do homem do tipo necessário ao capitalismo se torna evidente, pois o que já foi indigno (o trabalho) hoje é entendido ou sentido como o único elemento que dá significado a vida, os homens precisam se sentir úteis.

Como foi visto, é possível que o trabalhador trabalhe menos e, ainda assim, mais tempo para o capitalista. Conhecer a teoria de Marx sobre o valor nos permite realizar tal análise e conhecer a sua lógica. No modo de produção capitalista o trabalho necessário é apenas uma parte da jornada de trabalho, e esta nunca pode se resumir à duração daquele. O que Marx tem em vista quando fala em reprodução da força de trabalho não é apenas a sua reprodução biológica, mas também o tempo que o trabalhador necessita para “satisfazer as necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura” (1985, p.188). Assim, as condições para as atividades relacionadas ao enriquecimento cultural<sup>18</sup>, à educação do trabalhador contam e serão produzidas neste tempo. Porém, quanto mais tempo o trabalhador destina à valorização do valor, quanto mais seu trabalho se expressa em mais-valia, tanto menos ele trabalha para si próprio e a produção destas condições.

Partindo da compreensão que a liberdade é um ato histórico, fruto do desenvolvimento das forças produtivas que permitem aos homens se distanciar de suas barreiras naturais e que só pode se efetivar na comunidade, onde o trabalho supere sua forma estranhada e seja controlado pelos trabalhadores livremente associados, acreditamos que a superação desta forma de sociabilidade, onde a autoatividade se tornou um meio de vida empobrecedor e que desefetiva os homens, é uma necessidade urgente. Para que os homens possam desenvolver as suas múltiplas capacidades o tempo da produção de mais-valia deve ser superado e o tempo livre do trabalhador deve se ampliar. Neste processo, e para que este processo seja possível, a educação em sentido amplo, como coloca Mészáros (2006), é uma necessidade primordial, para formar os homens que consolidarão a nova forma social.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do

---

<sup>18</sup> Dançar, lutar, jogar, praticar esporte ou ginástica, filosofar, pintar, cantar, fazer música e formas variadas de imagens, se apropriar e se expressar das mais variadas linguagens, ou simplesmente apreciar cada uma destas manifestações da cultura; relacionar-se com pessoas e lugares em um patamar superior.

trabalho. 7a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. Tempo livre, lazer e luta ideológica. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.9 n.1 Anais do V COMBRACE. TEMA: A criança e o esporte no Brasil. Local: Olinda: PE.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, Campinas: Autores Associados, 2009.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. Tradução: Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10a ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LEE, Sangheon; McCANN, Deirdre; MESSENGER, Jon C. **Duração do Trabalho em Todo o Mundo**: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Brasília: Secretaria Internacional de Trabalho; OIT, 2009.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. Il Lavoro (Primeiro Capítulo do segundo tomo de:) In: **Per una Ontologia dell' Essere Sociale**. Trad.: Ivo Tonet. Universidade Federal de Alagoas, [19??].

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935). Goiânia: Mímeo, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás).

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad.: Rubens Enderle; Nélio Scheider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Económico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MANACORDA, Mário A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos tempos. 10ª ed. Tradução: Caetano Lo Mónaco. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. L.1, v.1. e v.2. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

MELLO, Rosângela Aparecida. A gênese ontológica da educação física: o processo de construção do ser social. In: **A necessidade histórica da educação física na escola**: a emancipação humana como finalidade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. (Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação)

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006-b.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v.1, 1ª ed. 2006)

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Alínea, 2000.

TONET, Ivo. Marxismo e Educação. In: TEIXEIRA JÚNIOR, Aguinaldo. **Marx está vivo**. Maceió: [s.n.], 2010.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O Trabalho na forma social do capital eo trabalho como princípio educativo. Uma articulação possível? Revista do NET. Alagoas, 2005.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2011, vol.16, n.47, pp. 443-481. ISSN 1413-2478.